



ID: 103182027

14-01-2023 | Economia

ENTREVISTA

Maria do Rosário Gama

Presidente da direcção da APRe!

Um presente envenenado: é assim que a presidente da direcção da Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados vê o suplemento de meia pensão pago em Outubro, que teve como contrapartida a limitação das actualizações de Janeiro das pensões. Em 2023, Rosário Gama defende, por isso, um aumento intercalar das pensões, face também à escalada dos preços

“Muitos pensionistas sentiram-se enganados” com travão das pensões

Isabel Patrício

ipatricio@medianove.com

Depois da limitação dos aumentos das pensões de Janeiro, a presidente da direcção da Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados (APRe!) exige subidas intercalares em 2023. Rosário Gama atira ainda, criticando o Governo, que a lei não pode ser usada apenas quando prejudica os pensionistas.

O ano de 2022 acabou de terminar. Que balanço faz, na perspectiva dos pensionistas?

Diversos acontecimentos perturbaram muito a vida dos pensionistas. A pandemia trouxe grandes alterações do ponto de vista social, agravando as situações, já de si difíceis, do isolamento e da solidão. Outro factor de perturbação foi a guerra na Ucrânia, com as respectivas consequências psicológicas e económicas, como a inflação, que corrói a estabilidade das pessoas reformadas e das suas famílias. [Além disso], em Setembro, os pensionistas foram surpreendidos pelo mecanismo que o Governo

[usou] para não ter de pagar os aumentos das pensões previstos na lei [para 2023]. Muitos pensionistas sentiram-se enganados.

O Governo fez o suficiente para apoiar os pensionistas?

Não fez o suficiente. O “bónus” da meia pensão foi insuficiente para responder à subida galopante da inflação. Assistimos ao aumento dos lucros das empresas que

controlam e disputam entre si os mercados da distribuição, mas também ao aumento de lucros por parte de retalhistas sem escrúpulos, sem que tenha havido uma suficiente fiscalização. A subida de preços da electricidade e do gás, sem que haja qualquer apoio para as pessoas mais vulneráveis, vai transformar este Inverno num dramático “enregelamento” de quem não pode usufruir de uma fonte de calor para se aquecer. Ao anunciar, com muita frequência, as vantagens da adesão à tarifa regulada do gás e da electricidade, competiria ao Governo e às autarquias disponibilizarem, nas lojas e nos espaços Cidadão, meios humanos para apoiarem as pessoas mais velhas nestes procedimentos de transição.

Já disse que os pensionistas sentiram que estavam a ser enganados com o suplemento pago em Outubro. Foi, portanto, um presente envenenado ou foi, de facto, uma antecipação de liquidez muito necessária para os pensionistas?

Necessária era, mas não deixa de ser um presente

envenenado. Sendo o valor pago em Outubro uma antecipação da pensão, os pensionistas com pensões até 2.700 euros deviam ter sido contemplados com o apoio de 125 euros pago aos restantes cidadãos. Este valor, sendo diminuto, ficou livre de impostos, contrariamente ao “suplemento remuneratório” dirigido às pessoas reformadas, que será taxado, em 2023, em sede de IRS. Não podemos concordar com este tratamento diferenciado, que nos é desfavorável.

E o processo de atribuição e pagamento deste suplemento decorreu tranquilamente ou têm relatos de pensionistas que ficaram de fora ou receberam menos do que estavam à espera?

Tivemos relatos de alguns associados, nomeadamente reformados bancários e outros com pensões de invalidez por acidente em serviço, cujas pensões são pagas pela Segurança Social, mas em condições diferentes, e que, por isso, ficaram fora deste [suplemento]. Tivemos ainda relatos de pensionistas com pensões acima de 5.318 euros



A subida de preços da luz e do gás, sem um apoio, vai transformar este Inverno num dramático ‘enregelamento’ de quem não pode usufruir de uma fonte de calor”

que terão aumentos em Janeiro, mas que foram excluídos do suplemento extra.

E para o ano que acabou de começar, que perspectivas tem?

Em 2023, resta-nos continuar a lutar por aumentos de pensões que tendam a neutralizar os efeitos da inflação, para os quais as previsões não parecem nada optimistas. Há também um conjunto de serviços específicos das pessoas reformadas e mais velhas que precisam de ter um enorme reforço de meios financeiros e humanos: os serviços de apoio social, na doença e nas múltiplas limitações, de que estas pessoas carecem, quer quanto às estruturas residenciais para as pessoas idosas, vulgo lares, quer quanto às restantes modalidades, como





FOTO CEDIDA

Social. Que fontes poderiam ser essas?

A APRe! tem defendido que devem ser encontradas outras fontes de financiamento, designadamente a taxação das empresas com lucros muito elevados e com escassa mão-de-obra. Concretizando, uma dessas fontes poderia ser a criação de um imposto sobre as comunicações pagas pelos utilizadores e que se traduzem em enormes lucros para as empresas operadoras, designadamente em serviços de publicidade.

E que papel têm, na sua opinião, as poupanças neste debate?

Entendemos que esses instrumentos deverão ser opcionais e suplementares relativamente ao sistema público redistributivo de pensões. Recusamos que eles sejam apresentados como alternativos. Preocupa-nos muito a intensa campanha de comercialização desses produtos por parte das empresas seguradoras e dos fundos globais de pensões junto das camadas trabalhadoras mais jovens. Todos nós conhecemos os problemas e a instabilidade que trouxeram a inúmeras famílias à escala global quando alguns desses fundos faliram ou estiveram em vias disso.

Tendo em conta que 2023 deverá ser um ano desafiante, o Governo deveria já pensar em apoios extraordinários e temporários para os pensionistas?

Sim, através de um aumento intercalar e extraordinário das pensões de reforma para o ano de 2023, de forma a aproximar-se do valor previsto na [fórmula legal], com a garantia de que a actualização das pensões para 2024 terá como base o valor correspondente ao valor que teria resultado da aplicação da referida lei.

Chegou a dizer que passar à reforma foi difícil para si. Que aposta deveria haver no envelhecimento mais activo?

O corte brusco com a ocupação foi muito angustiante. Poderia haver mecanismos de transição mais gradual desde que fosse esse o desejo de cada um. Gostaria de substituir a expressão envelhecimento activo por envelhecimento participativo.

serviço de apoio domiciliário, centros de dia e centros de noite.

Janeiro vai ser sinónimo de actualizações das pensões. Serão, contudo, inferiores às que resultariam da aplicação da fórmula legal.

Que avaliação fazem desta decisão do Governo?

Apesar de o primeiro-ministro ter declarado que os pensionistas não ficariam prejudicados, o facto é que os valores anunciados e já corrigidos para o aumento das pensões não são compatíveis com a inflação que tem vindo a verificar-se e que as entidades internacionais prevêem.

Acredita, portanto, que teria sido possível aplicar na íntegra as actualizações resultantes da fórmula legal? Aceita ou não o argumento do Governo



Perante os dados expostos, acredito que teria sido possível aplicar a lei [de actualização das pensões]. Uma lei não pode ser utilizada só nos anos em que prejudica os pensionistas”

de que tal colocaria em risco a sustentabilidade da Segurança Social?

Reconheço que o tema do futuro do sistema público de pensões tem sido frequentemente agitado com o objectivo de o descredibilizar. Os governos têm tendência para acentuar que os aumentos terão de ser contidos, caso contrário desfazer-se-á o equilíbrio das contas da Segurança Social. No relatório sobre a sustentabilidade financeira da Segurança Social, anexo à proposta de Orçamento do Estado para 2023, ficou claro que há solidez nas contas da Segurança Social e no Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. Sabemos que as coisas podem desequilibrar-se [mas], perante os dados expostos, acredito que teria

sido possível aplicar a lei. Uma lei não pode ser utilizada só nos anos em que prejudica os pensionistas.

O ano de 2023 será particularmente importante para os pensionistas, já que podem vir aí mudanças na fórmula de cálculo das pensões.

Que linhas vermelhas traça? As principais linhas vermelhas são a recusa de qualquer corte, explícito ou velado, das pensões em pagamento e a garantia de que a sustentabilidade do sistema não se fará à custa do aumento das contribuições das novas gerações nem da diminuição das que competem às entidades empregadoras.

Vários especialistas dizem que é preciso continuar a diversificar as fontes de financiamento da Segurança



Este caderno faz parte do NOVO Semanário e não deve ser vendido separadamente

ID: 103182027

14-01-2023 | Economia

NOVO Economia

Sábado, 14.1.2023 N.º 12

OPINIÃO

O novo normal não deve ser visto com pessimismo
P. 2



NESTA EDIÇÃO

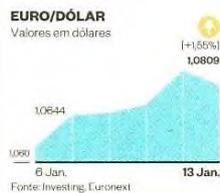
FRENTE A-FRENTE
José Cardoso Botelho e Nuno Garcia analisam mercado imobiliário p. 2

TEMA DA SEMANA
Privatização da TAP arranca com escolha da Evercore para assessora p. 3

DESEMPREGO
Governo espera pela AR para subsídio a vítimas de violência doméstica pp. 6-7

BOLSAS
Descida da inflação nos EUA sustenta melhor arranque de sempre na Europa p. 11

MERCADOS



Pensionistas sentiram-se “enganados” com travão nas pensões

Um presente envenenado: é assim que a presidente da direcção da Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados vê o suplemento de meia pensão pago em Outubro, que teve como contrapartida a limitação das actualizações de Janeiro das pensões pp. 4-5

Em 2023, Rosário Gama defende, por isso, um aumento intercalar das pensões, face também à subida dos preços. Em entrevista ao NOVO Economia, a presidente da APRe! critica o Governo, argumentando que a lei não pode ser usada apenas quando prejudica os pensionistas. “O Governo não fez o suficiente para apoiar os pensionistas”, defende, acrescentando que muitas pessoas se sentiram “enganadas”



Mais de 300 mil automóveis “made in Portugal” em 2022

A indústria automóvel nacional voltou em 2022 a produzir mais de 300 mil automóveis, regressando assim à liga dos campeões europeus da produção de veículos, depois de dois anos marcados pela pan-

demia. Foi o segundo melhor ano de sempre para as fábricas portuguesas, com 97% dos automóveis a seguirem para exportação. Alemanha, França, Itália e Espanha são os mercados mais importantes. Das cinco fábricas nacionais, quatro registaram crescimentos a dois dígi-

tos. A Autoeuropa foi a rainha, sendo responsável por mais de 70% da produção lusa. Fábrica da Volkswagen pesa 5% nas exportações e contribui com 1,5% para o PIB. O modelo Volkswagen T-Roc, produzido nesta unidade fabril do distrito de Setúbal, foi de longe o veículo mais

produzido no rectângulo. Apesar do bom resultado, a indústria portuguesa de produção automóvel enfrenta ventos adversos em 2023, com a recessão económica a pairar sobre mercados-chave de exportação, a falta de componentes, como os chips, e problemas logísticos. P. 10

Nova Localização no Porto

finpartner.pt

CONTABILIDADE CONSULTORIA

PAYROLL GESTÃO

(+351) 21 099 5932